



Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Raquel do Rosário Santos

Normalização Documental

Semestre

3

Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Raquel do Rosário Santos

Normalização Documental

Semestre

3

Brasília, DF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis

Departamento
de Biblioteconomia

2018



Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Presidência da República

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES)

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

Departamento de Biblioteconomia

Leitor

Lívia Santos de Freitas

Comissão Técnica

Célia Regina Simonetti Barbalho

Helen Beatriz Frota Rozados

Henriette Ferreira Gomes

Marta Lígia Pomim Valentim

Comissão de Gerenciamento

Mariza Russo (*in memoriam*)

Ana Maria Ferreira de Carvalho

Maria José Veloso da Costa Santos

Nadir Ferreira Alves

Nysia Oliveira de Sá

Equipe de Apoio

Eliana Taborda Garcia Santos

José Antonio Gameiro Salles

Maria Cristina Paiva

Miriam Ferreira Freire Dias

Rômulo Magnus de Melo

Solange de Souza Alves da Silva

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Desenvolvimento Instrucional

Marcelo Lustosa

Diagramação

Patrícia Seabra

Revisão de Língua Portuguesa

Beatriz Fontes

Projeto Gráfico e Capa

André Guimarães de Souza

Patrícia Seabra

Normalização

Dox Gestão da Informação

S237n Santos, Raquel do Rosário

Normalização documental / Raquel do Rosário Santos ; [leitora] Lívia Santos de Freitas. – Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2019.

158 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-85229-83-2 (brochura)

ISBN 978-85-85229-89-4 (e-book)

1. Normalização. 2. Associações de elaboração de normas. 3. Normas e protocolos. I. Freitas, Lívia Santos de. II. Título.

CDD 389

CDU 006(07)

Catálogo na publicação por: Solange Souza CRB-7 / 6646

Caro leitor,

A licença CC-BY-NC-AS, adotada pela UAB para os materiais didáticos do Projeto BibEaD, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir desses materiais para fins não comerciais, desde que lhes atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. No interesse da excelência dos materiais didáticos que compõem o Curso Nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância, foram empreendidos esforços de dezenas de autores de todas as regiões do Brasil, além de outros profissionais especialistas, a fim de minimizar inconsistências e possíveis incorreções. Nesse sentido, asseguramos que serão bem recebidas sugestões de ajustes, de correções e de atualizações, caso seja identificada a necessidade destes pelos usuários do material ora apresentado.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Criação de padrões para fabricação: “Como fazer?” | 14 |
| Figura 2 – Níveis de instituições normalizadoras | 22 |
| Figura 3 – Síntese da criação de uma norma técnica | 28 |
| Figura 4 – ABNT Catálogo..... | 30 |
| Figura 5 – Exemplo de sumário | 50 |
| Figura 6 – Apresentação da divisão do texto e o uso da numeração progressiva | 52 |
| Figura 7 – Exemplo de pôster científico | 81 |
| Figura 8 – Exemplo de capa de trabalho acadêmico | 90 |
| Figura 9 – Exemplo de lombada vertical | 90 |
| Figura 10 – Modelo de folha de rosto | 91 |
| Figura 11 – Modelo de elementos pré-textuais do artigo científico | 92 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Normas técnicas da ABNT na área de documentação e informação | 26 |
| Quadro 2 – Elementos que compõem os documentos científicos..... | 43 |
| Quadro 3 – Estrutura dos trabalhos acadêmicos | 46 |
| Quadro 4 – Estrutura do livro ou folheto | 59 |
| Quadro 5 – Estrutura do relatório técnico e/ou científico | 64 |
| Quadro 6 – Estrutura da publicação periódica em formato impresso | 68 |
| Quadro 7 – Estrutura da publicação periódica em meio eletrônico..... | 76 |
| Quadro 8 – Estrutura do artigo científico..... | 77 |
| Quadro 9 – Estrutura dos pôsteres técnicos e científicos..... | 80 |
| Quadro 10 – Estrutura do projeto de pesquisa | 83 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|----|
| 1 | UNIDADE 1: FUNDAMENTOS DA NORMALIZAÇÃO | 11 |
| 1.1 | OBJETIVO GERAL | 11 |
| 1.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 11 |
| 1.3 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.4 | UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DA NORMALIZAÇÃO | 13 |
| 1.5 | NORMAS TÉCNICAS | 16 |
| 1.6 | APRESENTAÇÃO DOS ORGANISMOS NORMALIZADORES: INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS | 18 |
| 1.7 | A NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS..... | 23 |
| 1.8 | O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS..... | 27 |
| 1.8.1 | Atividade | 30 |
| 1.8.2 | Atividade | 31 |
| 1.8.3 | Atividade | 31 |
| 1.9 | CONCLUSÃO | 32 |
| | RESUMO | 32 |
| | INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA UNIDADE | 33 |
| | REFERÊNCIAS | 33 |
| | SUGESTÃO DE LEITURA | 35 |
| 2 | UNIDADE 2: O QUE VOU NORMALIZAR? TIPOS E ESTRUTURAS DE ALGUNS DOCUMENTOS CIENTÍFICOS | 37 |
| 2.1 | OBJETIVO GERAL | 37 |
| 2.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 37 |
| 2.3 | INTRODUÇÃO | 39 |
| 2.4 | APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS CIENTÍFICOS..... | 39 |
| 2.5 | ESTRUTURA DOS DOCUMENTOS CIENTÍFICOS..... | 43 |
| 2.6 | ESTRUTURA DOS TRABALHOS ACADÊMICOS | 44 |
| 2.7 | ESTRUTURA DO LIVRO OU FOLHETO | 58 |
| 2.8 | ESTRUTURA DO RELATÓRIO TÉCNICO E/OU CIENTÍFICO | 64 |
| 2.9 | ESTRUTURA DA PUBLICAÇÃO PERIÓDICA TÉCNICA E/OU CIENTÍFICA IMPRESSA E/OU ELETRÔNICA | 68 |
| 2.10 | ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO | 77 |
| 2.11 | ESTRUTURA DO PÔSTER TÉCNICO E CIENTÍFICO..... | 79 |
| 2.12 | ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA | 82 |
| 2.13 | ESTRUTURA DO RESUMO | 87 |
| 2.13.1 | Atividade | 89 |
| 2.13.2 | Atividade | 92 |
| 2.14 | CONCLUSÃO | 93 |

| | | |
|--------|--|-----|
| | RESUMO | 93 |
| | INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA UNIDADE | 93 |
| | REFERÊNCIAS | 94 |
| | SUGESTÃO DE LEITURA | 95 |
| 3 | UNIDADE 3: CITAÇÕES DA LITERATURA EM DOCUMENTOS CIENTÍFICOS | 97 |
| 3.1 | OBJETIVO GERAL | 97 |
| 3.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 97 |
| 3.3 | INTRODUÇÃO | 99 |
| 3.4 | TIPOS DE CITAÇÃO | 100 |
| 3.4.1 | Citação direta | 100 |
| 3.4.2 | Citação indireta..... | 101 |
| 3.4.3 | Citação de citação..... | 101 |
| 3.5 | SISTEMAS DE CHAMADA NO TEXTO | 102 |
| 3.5.1 | Sistema numérico | 102 |
| 3.5.2 | Sistema autor-data | 103 |
| 3.6 | ALTERNATIVA RESTRITA A LIVROS PARA INDICAÇÃO DAS FONTES CITADAS..... | 104 |
| 3.7 | OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE CITAÇÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA..... | 108 |
| 3.7.1 | Atividade..... | 110 |
| 3.8 | CONCLUSÃO | 111 |
| | RESUMO | 112 |
| | INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA UNIDADE | 112 |
| | REFERÊNCIAS | 113 |
| 4 | UNIDADE 4: REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS CIENTÍFICO | 115 |
| 4.1 | OBJETIVO GERAL | 115 |
| 4.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 115 |
| 4.3 | INTRODUÇÃO | 117 |
| 4.4 | ELEMENTOS QUE INTEGRAM A REFERÊNCIA..... | 118 |
| 4.4.1 | Tipos de entrada da referência..... | 119 |
| 4.4.2 | Apresentação do título de uma obra | 123 |
| 4.4.3 | Apresentação da edição | 124 |
| 4.4.4 | Apresentação do local de publicação..... | 124 |
| 4.4.5 | Apresentação da editora..... | 125 |
| 4.4.6 | Apresentação da data | 127 |
| 4.4.7 | Apresentação da descrição física..... | 128 |
| 4.4.8 | Ilustrações | 130 |
| 4.4.9 | Dimensões..... | 130 |
| 4.4.10 | Indicação de séries e coleções | 130 |
| 4.4.11 | Notas | 130 |
| 4.5 | PRINCIPAIS MODELOS E EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS..... | 131 |
| 4.5.1 | Monografia no todo..... | 132 |
| 4.5.2 | Parte de monografia | 135 |
| 4.5.3 | Correspondência..... | 136 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 4.5.4 | Publicação periódica | 137 |
| 4.4.5 | Evento | 140 |
| 4.5.6 | Parte de evento | 141 |
| 4.5.7 | Patente | 143 |
| 4.5.8 | Documento jurídico | 143 |
| 4.5.9 | Documentos civis e de cartórios | 147 |
| 4.5.10 | Documento audiovisual | 147 |
| 4.5.11 | Documento iconográfico | 148 |
| 4.5.12 | Documento cartográfico | 149 |
| 4.5.13 | Documento sonoro no todo | 150 |
| 4.5.14 | Documento sonoro em parte | 151 |
| 4.5.15 | Partitura | 151 |
| 4.5.16 | Documento tridimensional | 152 |
| 4.5.17 | Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico | 153 |
| 4.6 | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A ORDENAÇÃO DAS REFERÊNCIAS | 154 |
| 4.6.1 | Sistema alfabético | 154 |
| 4.6.2 | Sistema numérico | 154 |
| 4.6.1 | Atividade | 155 |
| 4.7 | CONCLUSÃO | 156 |
| | RESUMO | 157 |
| | SUGESTÃO DE LEITURA | 157 |
| | REFERÊNCIAS | 158 |
| | SUGESTÃO DE LEITURA | 158 |

UNIDADE 1

FUNDAMENTOS DA NORMALIZAÇÃO

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a história da normalização, as principais instituições relacionadas, assim como seus conceitos e objetivos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- a) descrever a evolução da normalização e explicar sua importância nos diversos aspectos da vida cotidiana;
 - b) reconhecer os níveis e os organismos de normalização;
 - c) expor os principais conceitos referentes à normalização;
 - d) reconhecer os objetivos da normalização.
-

1.3 INTRODUÇÃO

O estudo da normalização e, mais especificamente, da normalização de documentos é um tópico importante para você, futuro bibliotecário, pois esse domínio de conhecimento permitirá que reconheça as estruturas e formas de apresentação dos diversos tipos de documentos – a exemplo dos livros, revistas, relatórios técnicos, trabalhos de conclusão de curso e outros – produzidos na academia, comércio, indústria de bens e serviços.

Nesta unidade você aprenderá e compreenderá como surgiram as primeiras práticas de normalização, quais as instituições responsáveis pelo trabalho de criação das normas técnicas e como ocorre esse processo, os conceitos e objetivos relacionados à normalização e, como a partir da normalização de produtos em seus aspectos gerais, finalmente alcançamos a normalização de documentos, objeto de estudo desta disciplina, que é muito importante para a sociedade, pois é através desta que é assegurada uma padronização da apresentação e publicação de documentos, bem como o compartilhamento da informação.



1.4 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DA NORMALIZAÇÃO

O homem sempre produziu objetos, instrumentos e uma infinidade de tecnologias para facilitar a sua sobrevivência ou a de grupos sociais no transcorrer dos séculos. Inicialmente, esses utensílios eram produzidos de uma forma artesanal e corriqueira, sem preocupações com o registro de como era realizada a sua produção ou confecção, com uso de técnicas não padronizadas, mas, com o passar do tempo, essa produção saiu da esfera artesanal e doméstica e ganhou novos espaços, migrou para as feiras livres, mercados regionais e alcançou esferas nacionais e internacionais.

Contudo, para que a produção chegasse a esse nível de distribuição e comercialização foi indispensável a criação de padrões para fabricação, sendo possível o ensino dessas técnicas. E, assim, junto com a manufatura moderna surge a norma técnica, pois cada vez mais os produtos eram produzidos em série e o “como fazer” não poderia ser considerado único para cada objeto. Esse “fazer” começava a ser registrado, publicado e preservado.



Explicativo

Figura 1 – Criação de padrões para fabricação: “Como fazer?”



Fonte: Pixabay (2019).

Imagine você um empreendedor do início do século XX que se depara com a possibilidade de expandir seus negócios de produção de bombas d’água para outras regiões do seu país. Será que adequar o seu produto às exigências do mercado consumidor seria uma de suas preocupações? Talvez não a princípio, pois o mercado estava em expansão e você era um dos poucos fabricantes de bombas d’água. Mas com o crescimento dessa produção e o surgimento da possibilidade de ganhar outros mercados, você concorrerá com outras empresas e provavelmente precisará comprar componentes externos para fabricar seus produtos. Neste momento é que surge a necessidade de padronizar práticas, técnicas e instrumentos para que as bombas d’água possam ter um padrão de qualidade e todas cumpram com a função para qual a foram criadas. Assim, caso apresentem defeitos, poderão ser facilmente reparadas.

Assim, o padrão é:

“[...] modelo a ser reproduzido, ou exemplo a ser seguido. Objeto ou característica escolhido como critério de avaliação. Norma de fabricação, conjunto de regras de execução. Aquilo que é mais comum ou frequente, normal, mais usual ou mais aceito (num grupo, lugar etc.).” (GEIGER, 2012).



Dessa maneira, é necessário o registro dos padrões utilizados ou a codificação do conhecimento tecnológico para que possamos promover o desenvolvimento das técnicas produtivas. Você já pensou como seria difícil a construção das pirâmides do Egito milênios a.C., caso as pedras empregadas fossem de tamanhos diferentes? Ou seja, a aplicação de padrões sempre existiu, contudo, o que foi alterado com o passar dos séculos foi à imperiosidade do rigor nas diversas práticas humanas, a fim de garantir o sucesso do empreendimento e também possibilitar o intercâmbio de informações e produtos.

Podemos considerar que havia dificuldade para seguir um padrão de produção e registro de informações nos séculos XVII e XVIII. Era algo fora da prática usual, mas uma conjunção de fatores passou a colaborar para isso, sendo dois efetivamente marcantes: a revolução industrial e a estabilidade política proporcionada pelas instituições estatais modernas.

Em algumas áreas específicas de produção é possível identificar com nitidez a influência das instituições estatais, a exemplo da fabricação de equipamentos militares, como navios e armamentos de guerra. Esses produtos demandavam uma produção em massa. No entanto, os artesãos, personagens centrais de todo o processo, com suas habilidades, seus conhecimentos e sua experiência, embora adotassem práticas bem-sucedidas para sua fabricação, faziam-no em escala reduzida. O que demandou a plena interferência do Estado na criação de empresas para este fim, a exemplo do que aconteceu na cidade de Veneza no século XV, quando já era possível encontrar registros de uniformização no uso de peças de madeira (matéria-prima), no treinamento de mão de obra e no registro de informações relativas ao processo produtivo.



Explicativo

A repetição, análise e avaliação de uma prática poderão levar à sua padronização. Assim, esta pode ser entendida como a unificação dos processos de fabricação ou de prestação de um serviço, ou seja, existe apenas uma forma escolhida para sua realização. Para as empresas, padronizar significa fazer determinada tarefa sempre da mesma maneira, a fim de obter sempre o mesmo resultado. Além disso, significa certificar-se que tais procedimentos sejam efetivamente seguidos, o que minimizará as chances de erros e manterá os resultados almejados. Um exemplo simples de padronização são as instruções de uso de determinado equipamento, que fornecem informações sobre o manuseio, a forma de montagem, as questões de segurança, etc. (FRANCISCO, 2011).

Apesar de a sociedade moderna buscar, cada vez mais, padronizar os procedimentos empregados na realização de determinadas atividades e produtos, foi somente após a Revolução Industrial e a formação dos mercados mundiais, com relações econômicas que envolviam produtos mais sofisticados e com conteúdo técnico, que surgiu a norma técnica, no sentido próprio do termo, já nas últimas décadas do século XIX.

Imagine você que para competir economicamente era necessário haver uma padronização em termos de processos e produtos, que possibilitasse a exportação e importação de produtos. O ponto crucial que alavancou esse processo foi, sem dúvida, o desenvolvimento da siderurgia e o uso da energia elétrica, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

1.5 NORMAS TÉCNICAS

A norma técnica “[...] é um documento que reflete a consolidação de uma tecnologia; nela podem encontrar-se a definição dos parâmetros de um produto, sua provável padronização e métodos para sua certificação [...]” (VEADO, 1985, p. 3). O termo norma técnica é utilizado para publicações que incluem especificações, códigos de prática, recomendações, métodos de testes, nomenclatura e outros.

As normas técnicas possuem formato físico variado, podendo ser impressas, sem capa ou com volume encadernado, a exemplo da edição de 1998 da *American Society for Testing and Materials* (ASTM). Mas, na atualidade, as normas técnicas também são comercializadas em formato digital, de forma unitária ou assinadas em bases de dados.

A solicitação de uma norma técnica é feita, em geral, por um código alfanumérico, e esse código indica a entidade produtora e o número da norma atribuído por esta entidade, como exemplo:

NBR 6023 (NBR = Norma brasileira; 6023 = código atribuído);

BS 3012 (BS = *British Standard*; 3012 = código atribuído).

É importante o reconhecimento do código dado a essas normas para facilitar a busca e recuperação desse documento em bases de dados e nos *sites* das respectivas entidades produtoras.

Segundo a *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT) (BRASIL, 1978), as normas técnicas são classificadas em diversos tipos, a saber:

- a) classificação (CB): ordena, designa, distribui e/ou subdivide conceitos, materiais ou objetos, segundo uma determinada sistemática;
- b) especificação (EB): fixa as condições exigíveis para aceitação e/ou rendimento de matérias-primas, produtos semiacabados, produtos acabados;
- c) método de ensaio (MB): prescreve a maneira de verificar ou determinar características, condições ou requisitos exigidos de um material ou produto, de acordo com o respectivo projeto;
- d) procedimento (NB): fixa condições para: a execução de cálculos, projetos, obras, serviços, instalações; o emprego de materiais e produtos industriais; certos aspectos das transações comerciais; a elaboração de documentos em geral, inclusive desenhos; a segurança na execução ou na utilização de uma obra, equipamento, instalação, de acordo com o respectivo projeto;
- e) padronização (PB): restringe a variedade pelo estabelecimento de um conjunto metódico e preciso de condições a serem satisfeitas com o objetivo de uniformizar características geométricas, físicas ou outras, de elementos de construção, materiais, aparelhos, produtos industriais, desenhos e projetos;
- f) simbologia (SB): estabelece convenções gráficas e/ou literais para conceitos, grandezas, sistemas ou partes de sistemas;

- g) terminologia (TB): define, relaciona e/ou dá a equivalência em diversas línguas de termos técnicos empregados em um determinado setor de atividade, visando ao estabelecimento de uma linguagem uniforme.

As normas técnicas possuem grande importância, principalmente no comércio internacional, pois o seu uso, assim como o número de normas técnicas que um país possui, indica o seu grau de desenvolvimento tecnológico, o modelo de qualidade e produtividade. Assim, as normas técnicas, segundo a ABNT (2014b, destaque do autor):

- a) tornam o desenvolvimento, a fabricação e o fornecimento de produtos e serviços **mais eficientes, mais seguros e mais limpos**;
- b) **facilitam o comércio** entre países tornando-o **mais justo**;
- c) fornecem aos governos uma base técnica para **saúde, segurança e legislação ambiental**, e avaliação da conformidade;
- d) **compartilham** os avanços tecnológicos e a boa prática de gestão, disseminam a **inovação**;
- e) **protegem os consumidores** e usuários em geral, de produtos e serviços; e tornam a vida mais simples provendo **soluções** para problemas comuns;
- f) promovem a uniformidade dos meios de expressão e comunicação.

As normas técnicas são documentos revisados, quando necessário, para atendimento das necessidades apontadas pela sociedade. Existem comissões encarregadas para análise e criação de projetos de normas, que posteriormente serão referendadas a partir de uma consulta pública.



Atenção

Dica: sempre que você venha a ser requerido sobre informações de uma norma, deve verificar junto ao órgão emissor da referida norma se esta se encontra ou não em vigor. Por exemplo, pode-se consultar informações sobre as normas brasileiras e estrangeiras por meio do catálogo *on-line* da ABNT: <http://www.abntcatalogo.com.br/>, no qual você poderá encontrar informações sobre normas nacionais e internacionais, valores de venda e o ano de validade da norma em questão.

Desta forma, é fundamental conhecer um pouco mais sobre os principais organismos regulamentadores de normas técnicas nas esferas internacional, nacional e regional, pois a análise e criação de projetos de normas ocorrem por meio desses organismos, dentro da abrangência correspondente a cada um deles.

1.6 APRESENTAÇÃO DOS ORGANISMOS NORMALIZADORES: INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS

As normas podem ser utilizadas em atividades técnicas, industriais, tecnológicas e científicas e são produzidas por uma variedade de organismos. Estes, por sua vez, são divididos em organismos internacionais, nacionais e regionais, tanto da esfera governamental quanto privada.

A criação dos organismos normalizadores internacionais ocorreu a partir da cooperação mútua de diversos órgãos nacionais e, entre os organismos mais conhecidos, estão a *International Organization for Standardization (ISO)* e a *International Electrotechnical Commission (IEC)*.

As primeiras iniciativas voltadas à criação desses organismos tiveram diante de si problemas complexos a serem resolvidos, entre os quais merecem destaque: Como normalizar produtos e processos em escala mundial? Quais os atores envolvidos nessa tarefa? Quem assumiria os custos desse empreendimento?

Por se tratar de um problema de ação mundial, era necessária uma resolução nas mesmas proporções, que envolvesse a criação de grupos organizados e convencidos de que tal empreendimento poderia ser benéfico e rentável. Contudo, não foi o Estado a assumir tal missão, visto que ainda não havia uma interferência enérgica no âmbito da economia, além de ser este processo de normalização uma questão complexa e cara.

Uma vez que a industrialização, o uso da energia elétrica e a siderurgia estavam a pleno vapor, há de se imaginar que os atores envolvidos nesse processo sejam as próprias organizações, assim como técnicos, engenheiros e cientistas que acabaram, direta ou indiretamente, contribuindo com o processo de estabelecimento da normalização. O ponto de partida foi o Congresso Internacional de Eletricidade, ocorrido em 1904, em St. Louis, Estados Unidos. Desse congresso participaram delegados de vários países, que aprovaram a proposta de cooperação técnica entre as organizações de engenheiros e cientistas com vistas à uniformização de termos técnicos e de características de equipamentos e instrumentos elétricos (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

A primeira organização criada a partir dessa conjunção de atores foi a *International Electrotechnical Commission (IEC)*, sob a presidência de *Alexander Siemens*. Essa entidade deveria estar aberta à participação de todas as nações, e estas contribuía de forma igualitária para a organização, tendo também direito de voto. Como visto, tão logo as

empresas passaram a visualizar os potenciais ganhos econômicos envolvidos com o progresso da normalização, o setor industrial passou a apoiar largamente os trabalhos desenvolvidos, que eram conduzidos por um conselho, sendo este conselho composto pelo presidente da organização, pelos presidentes das instituições nacionais e seus delegados.

A unanimidade era uma regra básica para as decisões e estas ocorriam dentro dos comitês técnicos, sendo estes criados para possibilitar a discussão de acordo com as necessidades verificadas pelos grupos envolvidos, a exemplo de comitê de nomenclatura, símbolos, especificações de máquinas elétricas e geradores.

Havia um grande interesse por parte do setor empresarial para que ocorresse o crescimento dos trabalhos dos comitês técnicos de normalização e, foi através destes trabalhos que ocorreu a consolidação de um sistema completo de medidas físicas, que veio a tornar-se base para o atual Sistema Internacional de Medidas.

A partir da IEC e de seu sucesso institucional, após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a ISO com sede em Genebra, na Suíça. Desde então, o campo das atividades de normalização vem passando por constante ampliação resultando, inclusive, na criação de organismos nacionais de normalização no Reino Unido (*British Standards Institution* (BSI) – 1901 – entidade privada), nos Estados Unidos (*American National Standards Institute* (ANSI) – 1918 – de matriz estritamente privada), na França (*Association Française de Normalisation* (AFNOR) – 1926 – associação privada), na Alemanha (*Deutsches Institut für Normung* (DIN) – 1926 – natureza privada) e em outros.

Os organismos nacionais de normalização possuíam um maior ou menor grau de interferência do Estado, pois, embora a iniciativa espontânea e o engajamento de engenheiros e empresas sempre tenham sido decisivos, o sucesso invariavelmente dependia de uma articulação internacional e de uma chancela oficial do Estado.

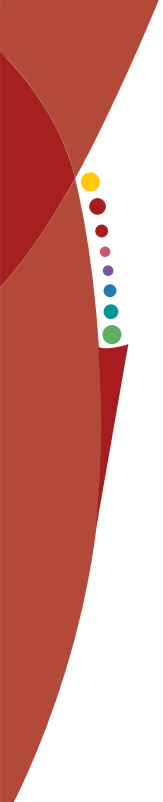
Com o nascimento da ISO, passou a ocorrer a criação de normas internacionais e o interesse dos países europeus era notável por conta da simplificação da exportação de produtos industriais, da ampliação do mercado comum e da crescente preocupação com o efeito econômico das chamadas barreiras técnicas.

E você já se perguntou onde está o Brasil nessa corrida pelas Normas Técnicas e qual sua posição no cenário mundial?

No Brasil, diferentemente do que aconteceu na Europa, outra trajetória foi traçada quanto à questão da normalização. Aqui havia os fatores para que fosse seguido o modelo inglês de normalização, a exemplo do transporte ferroviário que estava sendo implantado e da necessidade de uniformização do material siderúrgico usado em locomotivas, vagões e pontes, mas nada disso suscitou o empenho do governo e do setor privado.

O despertar brasileiro para a criação de uma organização nacional de normalização ocorreu a partir do uso do concreto armado nas construções. Assim, os engenheiros civis brasileiros foram os pioneiros em destacar a necessidade e o potencial da normalização do concreto armado, visto que este exigia condições ambientais e o emprego de materiais específicos. Dessa maneira, a grande impulsionadora da normalização no Brasil foi a categoria profissional da engenharia civil, que teve um marco





histórico importante, com a criação do Gabinete de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica de São Paulo, em 1926, dirigido pelo engenheiro *Ary Frederico Torres*, figura de destaque que conduziu a criação da ABNT (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

Esse Gabinete teve seus trabalhos iniciais voltados à tecnologia do concreto armado, mas logo estes evoluíram para o tratamento científico das medidas e para a criação dos mais variados padrões empregados nos materiais de construção.

A normalização brasileira teve um componente de peso a influenciar os seus primeiros anos, a saber, a União, visto que o governo federal, na figura do presidente *Getúlio Vargas*, instituiu legislação dispendo sobre padrões e normas a serem adotadas pelos fornecedores de produtos e serviços necessários ao governo federal. Assim no ano de 1933, por meio da criação do Instituto Nacional de Tecnologia e através do Decreto nº 562, de 31 de dezembro de 1935, dispôs sobre a criação de uma Comissão Permanente de Padronização.

A Comissão Permanente de Padronização era diretamente subordinada ao presidente da República e composta de cinco membros por ele livremente escolhidos entre os funcionários públicos federais, designados por decreto. Esta Comissão tinha por função o estudo e a fixação dos padrões que deveriam ser observados para aquisição de todo material de escritório usado em repartições ou serviços federais (BRASIL, 1936).

Quando esta comissão foi criada, não havia qualquer critério de uniformidade que guiasse a aquisição do material destinado às repartições públicas, assim, o Decreto nº 562 veio a atender ao evidente interesse público, com destacada preocupação com a padronização, tendo em seu texto afirmado que “[...] a fixação de padrões é [...] incontroverso princípio informador de toda organização racional.” (BRASIL, 1936, p. 1).

Da mesma forma que o governo federal dava seus passos rumo à normalização, alguns estados brasileiros também se lançaram nesse empreendimento, a exemplo de São Paulo, que transformou o *Laboratório de Ensaio de Materiais*, da *Escola Politécnica de São Paulo*, em *Gabinete de Ensaio de Materiais* em 1926 e este, por sua vez, em *Instituto de Pesquisas Tecnológicas*, no ano de 1934, mudança esta que introduzia não somente uma preocupação com a normalização, mas também com a moderna metrologia brasileira, com estudos sobre os diversos aspectos do concreto armado no âmbito nacional (BRASIL, 1936).

No Rio de Janeiro, a centelha da normalização também já havia sido lançada no ano de 1936, através da criação da *Associação Brasileira de Cimento Portland* (ABCP), uma organização privada para o estudo do cimento e de suas aplicações. Quando ocorreu a criação da ABCP, já existiam muitas normas e especificações variadas para o uso do concreto armado, o que provocava discrepâncias nos ensaios realizados nos laboratórios nacionais, situação esta que evidenciava a necessidade de normalização.

Como visto, as necessidades técnicas em prol da normalização estavam lançadas por diversas instituições no Brasil, mas ainda faltava um movimento capaz de romper os trabalhos isolados em prol de algo maior e isso ocorreu em setembro de 1937, quando *Paulo Sá*, diretor do *Laboratório de Ensaios de Materiais do Instituto Nacional de Tecnologia* e *Ary Torres*, diretor da ABCP, promoveram a 1ª Reunião de Laboratórios de Ensaios de Materiais, na qual seus 40 participantes formularam a primeira proposta de constituição de uma Entidade Nacional de Normalização (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

As discussões prosseguiram, mas somente na 2ª Reunião, realizada em abril de 1939, ocorreu um consenso sobre a criação de uma entidade permanente de normalização. Contudo, a criação efetiva dessa entidade, denominada Associação Brasileira de Normas Técnicas, efetivou-se apenas em setembro de 1940, na 3ª Reunião de Laboratórios Nacionais de Ensaios de Materiais, que ocorreu na sede do *Instituto Nacional de Tecnologia*, no Rio de Janeiro, tendo como seu primeiro presidente o engenheiro *Ary Torres*, que ocupou esta posição até 1953 (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

A ABNT foi crescendo gradativamente com o passar dos anos e teve na sua presidência diversas personalidades que tinham destaque na esfera política brasileira, contribuindo assim, para o seu fortalecimento. Os trabalhos da ABNT são desenvolvidos e distribuídos entre comitês que têm a função de coordenar, planejar e executar as atividades de normalização técnica nas mais diversas áreas de conhecimento.

Vale destacar que:

[...] desde 1950, a ABNT atua também na avaliação da conformidade e dispõe de programas para certificação de produtos, sistemas e rotulagem ambiental. Esta atividade está fundamentada em guias e princípios técnicos internacionalmente aceitos [...] (ASSOCIAÇÃO..., 2014a, p. 1).

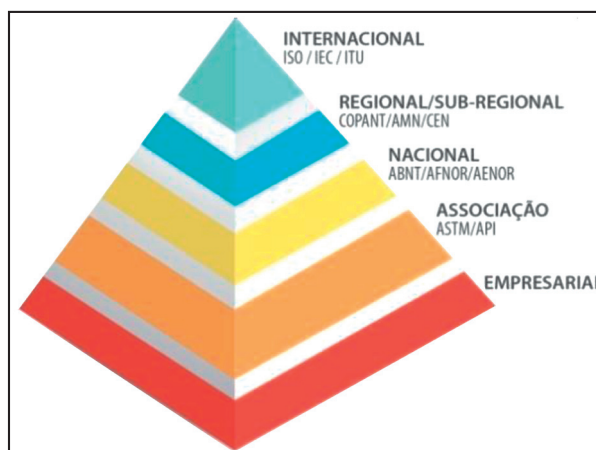
A ABNT é caracterizada como uma entidade privada e sem fins lucrativos, que possui estatuto próprio e regras de funcionamento baseadas no consenso técnico. Além disso, constitui-se membro importante de outras organizações, como ISO, IEC, *Comisión Panamericana de Normas Técnicas* (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas) (COPANT) e *Asociación Mercosur de Normalización* (ASSOCIAÇÃO Mercosul de Normalização) (AMN).

Estas últimas instituições citadas, a COPANT e a AMN, são consideradas organizações regionais, formadas por países-membros localizados numa mesma região e que trabalham para o seu benefício mútuo. No caso da AMN, os projetos de norma Mercosul (NM) são submetidos à votação pelos organismos de normalização dos países integrantes do Mercosul, como: o *Instituto Argentino de Normalización* (IRAM); a ABNT, do Brasil; o *Instituto Nacional de Tecnología y Normalización* (INTN), do Paraguai e o *Instituto Uruguayo de Normas Técnicas* (UNIT), do Uruguai (DIAS, 2000).

Em síntese, a normalização pode ser representada conforme a Figura 2, na qual os organismos são dispostos segundo seus níveis hierárquicos, de acordo com o alcance geográfico, político e econômico de envolvimento com a normalização.



Figura 2 – Níveis de instituições normalizadoras



Fonte: ABNT, [2014b].

A normalização, conforme apresentada na Figura 2, ainda pode ocorrer em dois outros níveis, de associação e empresarial. No nível de associação as normas são desenvolvidas no contexto de entidades associativas e técnicas para o uso de seus associados. As normas técnicas desenvolvidas nesse nível, muitas vezes, são utilizadas mais amplamente, podendo se tornar referências importantes em determinada área de atividade. Como exemplo de entidades associativas temos a *American Society for Testing and Materials* (ASTM) e o *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE).

Na esfera empresarial também são geradas normas, contudo o seu emprego é específico e direcionado para as atividades próprias da instituição. A exemplo disto, temos manuais de normalização de trabalhos acadêmicos criados pelas universidades e faculdades, as normas e regulamentos dos sistemas de bibliotecas e outros. Vale destacar que esse âmbito de normas internas de instituições não em o caráter de normalização nacional e internacional, portanto, não pode substituir as normas estabelecidas pelos organismos normalizadores.

Como se pode observar, há um conjunto de organismos em âmbito internacional, nacional e regional nas esferas públicas e privadas, que se dedica ao campo da normalização, e todo este publicam materiais de divulgação de seus trabalhos como boletins, catálogos e outros. É de suma importância para o bibliotecário identificar essas fontes de informação, pois as normas são documentos dinâmicos e, como tal, podem sofrer atualizações, demandando assim acompanhamento constante, principalmente para aqueles que atuam em centros de informação voltados para a área tecnológica e empresarial.

Ressalta-se que, na sua atuação profissional, o bibliotecário deve ter compromisso com as normas nacionais e internacionais, já que estas são as normas elaboradas, debatidas e instituídas em compromisso com o desenvolvimento de um padrão internacional de compartilhamento da informação.

Os bibliotecários devem conhecer e adotar instrumentos e processos de representação da informação em âmbitos nacionais e internacionais, sempre avaliando e expondo os limites e possíveis contradições de normas privadas em relação aos padrões de descrição. Por exemplo, você observará que muitas normas da ABNT de documentação registram como fonte referencial o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2), isso porque os padrões internacionais da representação descrita estão nos

fundamentos das determinações das próprias normas da ABNT de documentação, ainda que no corpo das explicações no texto da norma isso não esteja explicitado. Isso indica que qualquer bibliotecário, onde quer que esteja atuando, ou seja, convidado a contribuir com o estabelecimento de normas locais em sua instituição de trabalho, não pode deixar de seguir as orientações dos instrumentos de representação descritiva e das normas nacionais e internacionais de normalização de documentos.

Não esqueça, as orientações de normalização de documentos têm em seus fundamentos as determinações dos instrumentos de representação descritiva que você conhecerá ao cursar as seguintes disciplinas: Instrumentos de Representação Descritiva da Informação; Instrumentos de Representação Temática da Informação; Processos e Produtos de Representação Descritiva da Informação e Processos e Produtos de Representação Temática da Informação. Nenhuma norma local, regional, nacional ou internacional pode entrar em contradição com os níveis de descrição e representação das fontes de informação.

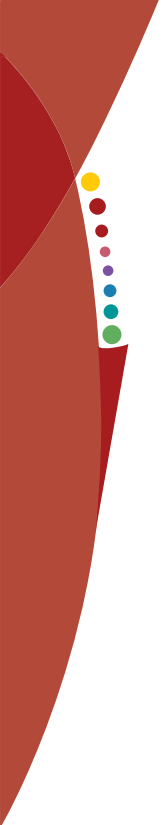


1.7 A NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

O crescimento da indústria foi notável no período pós-guerra do século XX e, na mesma sequência, a produção do conhecimento, através das pesquisas científicas, se desenvolvia de tal modo que a ciência passou a ser percebida no cotidiano das pessoas, através de discursos, alimentos, roupas, medicamentos e de uma gama de produtos que a cada dia eram lançados no mercado consumidor.

Entretanto, o crescimento da ciência e a sua ascensão enquanto "ente" a ser percebido pela sociedade foi possível através da comunicação científica, e esta ocorre através de troca de informações entre os cientistas, que se dá por meio de conversas informais, trocas de cartas, discussões em eventos, mas também e especialmente por meio de publicações em periódicos e livros (GARVEY, 1979). Isso ocorre porque em ciência é fundamental documentar os resultados de estudos e pesquisas, já que o seu avanço depende do compartilhamento das informações, da colaboração e do processo histórico. Ou seja, a comunicação é essencial para o desenvolvimento da ciência e é esta "[...] troca que irá sustentar toda a atividade científica de pesquisa." (LE COADIC, 1996, p. 33).

A comunicação científica constitui um sistema no qual podem ser utilizados vários canais para a transmissão da informação, sendo estes classificados em informais, semiformais, formais e superformais, ainda que algumas fontes da literatura indiquem somente os canais formais e informais. A comunicação formal ocorre através da publicação em periódicos e livros, tanto em formato impresso quanto digital, em anais de eventos científicos, relatórios técnicos publicados, revisões de literatura, entre outros. Já a comunicação informal pode ocorrer tanto em uma conversa oral quanto em um bate-papo *on-line* e em uma troca de *e-mails*, entretanto essa comunicação científica prescinde de aspectos formais para a sua concretização (FREITAS, 2015).



Mas, também é importante mencionar que, no canal formal, além da escrita formal, ocorre a avaliação “cega” pelos pares e um processo de editoração e publicação formal, o que não ocorre, por exemplo, nos canais semiformais, nos quais a comunicação já se dá com uma escrita formal, dentro dos moldes da comunicação científica, mas sem uma avaliação “cega” pelos pares, nem pelo processo de editoração e publicação formal. Ainda que nos canais semiformais ocorra um nível de avaliação, ela não é “cega”, como no caso das teses e dissertações, que são avaliadas por bancas examinadoras, além disso, também não passam pelo processo formal de editoração e publicação formais.

Por outro lado, os canais superformais não trazem o texto integral das fontes de informação em ciência, e sim sua representação descritiva (suas referências) e seus resumos, podendo também indicar a localização delas, auxiliando os pesquisadores no processo de levantamento e recuperação da literatura existente, para leitura e desenvolvimento de seus estudos. Contudo, maiores detalhes sobre os sistemas de comunicação científica serão estudados na disciplina Comunicação do Conhecimento Científico.

Assim, o importante é que o bibliotecário e a bibliotecária compreendam que faz parte da sua função social a orientação dos seus usuários quanto à adoção das normas a serem adotadas no processo de comunicação científica. Na comunicação do conhecimento científico é indispensável o uso de padrões para a divulgação do que é produzido, ou seja, deve-se observar a estrutura de apresentação das informações nos documentos como: livros, artigos de periódicos, relatórios, pôsteres e outros documentos que venham ser produzidos com a finalidade de divulgação do conhecimento científico.

A adoção desses padrões na elaboração e apresentação do documento científico é denominada de normalização de documentos e ela é essencial para dinamizar a divulgação, circulação e recuperação do que é produzido pela ciência, como ressaltam Crespo e Rodrigues (2011).

A normalização de documentos é um assunto de interesse para a comunicação científica, visto que a produção de documentos sem informações completas pode impossibilitar a identificação e localização de pesquisas e, até mesmo, colocar em discussão a veracidade das informações veiculadas. Meadows (1999, p. 30) traz o relato de um químico em pleno século XIX que aborda esse problema:

Certo autor que remete a um artigo de Schmidt, nos *Berichte* da sociedade alemã de química, vol. XX. Como não possuo esta revista, nutro a esperança de conseguir encontrar um resumo do artigo em questão no Journal da Chemical Society, de que sou assinante, porém, como não tenho noção alguma do ano em que foi publicado o vol. XX dos *Berichte*, tenho de pesquisar em inúmeros índices a fim de encontrar o resumo (HUXLEY, 1900 *apud* MEADOWS, 1999, p. 30).

É indispensável o uso de padrões para a produção e divulgação de informações científicas, mas essa necessidade vai além, visto que na atualidade as produções científicas são avaliadas segundo seu conteúdo e sua forma. Rodrigues, Lima e Garcia (1998, p. 151) explicam, que em relação à forma, “[...] há indícios de que a qualidade formal poderia vir a interferir na qualidade do trabalho científico como um todo, ou, pelo menos, na recepção/percepção desse trabalho pelos pares/concorrentes.”.

Como mencionado, a qualidade formal é um item importante quando da avaliação de um trabalho científico/acadêmico, e a não observância desse critério pode levar, em algumas situações, à não aceitação do trabalho, a exemplo das revistas científicas que apresentam uma série de regras para que o autor possa realizar a submissão de um artigo para avaliação e posterior publicação.

Conforme a ABNT, a normalização é “[...] o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global. Consiste, em particular, na elaboração, difusão e implementação das Normas.” (ASSOCIAÇÃO..., [2014b]).

E a norma, por sua vez, é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. A norma é, por princípio, de uso voluntário, mas quase sempre é usada por representar o consenso sobre o estado da arte de determinado assunto, obtido entre especialistas das partes interessadas (ASSOCIAÇÃO..., [2014b]).

No âmbito dos documentos científicos ou acadêmicos, a normalização de documentos é o conjunto de regras, diretrizes ou características mínimas que nortearão a apresentação formal do conteúdo construído pelo autor que, no caso da realidade brasileira, estão contidas nas normas voltadas à normalização de documentos, que são editadas pelo Comitê Brasileiro de Informação e Documentação – ABNT/CB – 014. Este atua em relação à normalização no campo da informação e documentação, compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centros de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, Ciência da Informação e publicação.

A normalização de documentos técnicos, científicos ou acadêmicos, apesar de não ser uma tarefa exclusiva do bibliotecário, também se constitui em uma de suas atribuições, pois este deve auxiliar os usuários da unidade de informação a normalizarem seus documentos, podendo também prestar serviços de normalização ao público em geral.

Os documentos podem tanto ser publicações da instituição à qual a unidade de informação está vinculada quanto as produções dos usuários. Por exemplo, em uma universidade, a biblioteca pode auxiliar os alunos de graduação e pós-graduação a normalizarem seus trabalhos de final de curso. Em uma escola, o bibliotecário pode orientar os estudantes a informarem em seus trabalhos escolares as fontes de informação que utilizaram para desenvolvê-los e em como apresentar seus textos dentro do padrão formal, ou seja, independentemente da tipologia da unidade de informação na qual o bibliotecário esteja inserido, este pode desenvolver atividades relacionadas com o campo da normalização documental.

Vale destacar ainda que a normalização documental tem um papel importante no ambiente acadêmico, na graduação e na pós-graduação, como também para a pesquisa acadêmica. O reconhecimento das normas técnicas para a normalização de documentos é fundamental na prática da pesquisa científica, pois esse conhecimento é indispensável no momento da realização da apresentação dos resultados, que deve seguir um rigor formal quanto à sua formatação.



Há uma série de normas que são utilizadas no campo da documentação e informação e algumas delas são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Normas técnicas da ABNT na área de documentação e informação

| CÓDIGO | TÍTULO |
|------------------------|---|
| ABNT NBR 6021: 2015 | Informação e documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação |
| ABNT NBR 6022: 2018 | Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação |
| ABNT NBR 6023: 2018 | Informação e documentação – Referências – Elaboração |
| ABNT NBR 6024: 2012 | Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação |
| ABNT NBR 6025: 2002 | Informação e documentação – Revisão de originais e provas |
| ABNT NBR 6027: 2012 | Informação e documentação – Sumário – Apresentação |
| ABNT NBR 6028: 2003 | Informação e documentação – Resumo – Apresentação |
| ABNT NBR 6029: 2006 | Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação |
| ABNT NBR 6032: 1989 | Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas |
| ABNT NBR 6033: 1989 | Ordem alfabética |
| ABNT NBR 6034: 2004 | Informação e documentação – Índice – Apresentação |
| ABNT NBR 10719: 2015 | Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação |
| ABNT NBR 14724: 2011 | Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação |
| ABNT NBR 10518: 2006 | Informação e documentação – Guias de unidades informacionais – Elaboração |
| ABNT NBR 10520: 2002 | Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação |
| ABNT NBR 10525: 2005 | Informação e documentação – Número padrão internacional para publicação seriada – ISSN |
| ABNT NBR 15287: 2011 | Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação |
| ABNT NBR 15437: 2006 | Informação e documentação – Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação |
| ABNT NBR ISO 2108:2006 | Informação e documentação – Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) |

Fonte: Produção da própria autora (2018).

Como você pode perceber, há normas para diferentes aspectos da normalização do documento científico e estas se complementam, e em sua maioria, devem ser usadas com o propósito de organizar e representar a informação produzida.

Assim, é muito comum o uso das normas NBR 14724, NBR 10520 e NBR 6023, que tratam, respectivamente, da estrutura do trabalho acadêmico, das citações e da elaboração de referências. Já a utilização das normas NBR 6034 e NBR 12225, que tratam da apresentação de índices e lombadas, é menos comum, mas não menos importante, visto que devemos considerar que o campo de atuação profissional do bibliotecário é amplo e este deve estar preparado para atuar no desenvolvimento das mais diversas atividades no campo da informação.

1.8 O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS

Uma vez que já conhecemos um pouco sobre as normas técnicas e os organismos responsáveis pela sua criação, chegou o momento de entendermos como ocorre o processo de criação de uma norma técnica. Vale ressaltar que o processo descrito corresponde àquele adotado para as normas editadas pela ABNT. Contudo, esse processo também pode ser aplicado por outros organismos de normalização nacional, internacional ou regional.

O processo de produção de uma norma técnica pode ser considerado um processo democrático, o qual envolve a participação de diversos entes que se reúnem para discutir sobre a pertinência de uma determinada demanda. Os padrões e normas, conforme apresentado no início desta disciplina, nasceram em função da necessidade de se definir parâmetros para um produto, processo e até mesmo serviço, sendo denominada de demanda (necessidade manifestada), que pode ser apresentada por qualquer pessoa, empresa, entidade ou organismo regulamentador que esteja envolvido com o assunto a ser normalizado.

Sendo a demanda pertinente, esta é analisada pela ABNT, que verificará a sua viabilidade e encaminhará para o Comitê Técnico correspondente ao assunto abordado e este fará a inserção junto ao Programa de Normalização Setorial (PNS). Caso não exista um comitê para o assunto demandado, será criado um novo Comitê Técnico para este fim, que pode ser um Comitê Brasileiro (ABNT/CB), um Organismo de Normalização Setorial (ABNT/ONS) ou uma Comissão de Estudo Especial (ABNT/CEE).





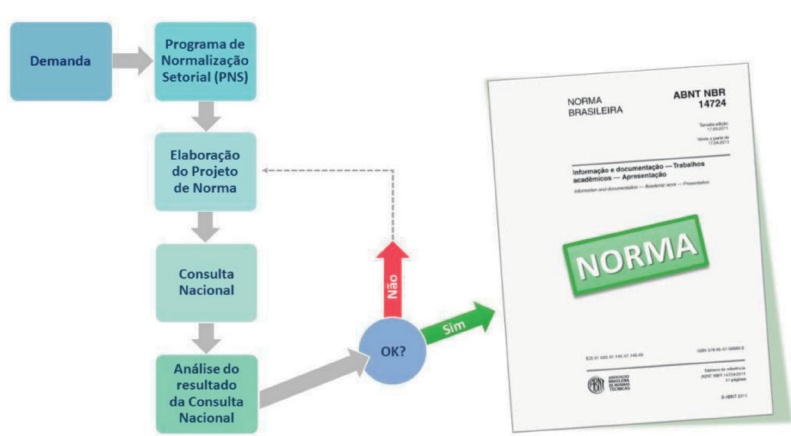
Explicativo

Existem três tipos de comitês técnicos no contexto da ABNT, em função de sua estrutura e amplitude do âmbito de atuação. Esses comitês técnicos se reúnem periodicamente para discutir a elaboração, atualização e/ou cancelamento de normas técnicas do seu setor de atuação. Os três tipos de comitês técnicos são:

- Comitê Brasileiro (CB):** é um órgão técnico da estrutura da ABNT, formado por comissões de estudo;
- Organismo de Normalização Setorial (ONS):** é uma entidade técnica setorial, com experiência em normalização, credenciada pela ABNT para atuar no desenvolvimento de normas brasileiras do seu setor, também formada por comissões de estudo;
- Comissão de Estudo Especial (CEE):** órgão técnico da estrutura da ABNT, criado quando o assunto de seu escopo não está contemplado no âmbito de atuação de outro Comitê Brasileiro ou Organismo de Normalização Setorial já existente.

Posteriormente, o assunto é discutido amplamente pelas Comissões de Estudo, com participação aberta a qualquer interessado, independentemente de ser ou não associado à ABNT, até atingir consenso, gerando então um **Projeto de Norma**.

Figura 3 – Síntese da criação de uma norma técnica



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ASSOCIAÇÃO..., [2014b]).

Como observado na Figura 3, a criação de uma nova norma técnica pela ABNT deve seguir um trâmite e, quando se chega à fase do Projeto de Norma, esta receberá a sigla ABNT, seu respectivo número e terá formato padrão similar às outras normas. Após essa fase, a norma é submetida à consulta pública nacional, com ampla divulgação, para que venha ser examinada e as partes interessadas possam realizar as suas considerações. Nessa fase qualquer pessoa ou instituição poderá fazer comentários e sugestões, sem qualquer ônus.



Multimídia

Você pode acessar a página da consulta nacional direto pelo link: <http://www.abntonline.com.br/consultanacional/>. Aproveite para consultar os Projetos de Norma que estão em consulta pública.

O processo de criação de uma norma é democrático e, como tal, todos os comentários e sugestões são analisados a fim de verificar-se a pertinência. Após essa fase, é realizada uma reunião na qual as partes interessadas são convidadas a deliberarem, via consensos, e o projeto de norma pode ser aprovado ou não (aprovação do texto como apresentado, ou aprovação do texto com sugestões). Sendo aprovado, o Projeto de Norma é denominado documento técnico ABNT. Caso não haja consenso durante o período de análise e/ou sejam necessárias modificações no documento após a consulta nacional, a comissão de estudos do comitê técnico elabora um novo projeto de norma e esse novo projeto passa novamente pela consulta nacional (ASSOCIAÇÃO..., [2014b]).

Uma vez produzidas, como ocorrem a distribuição e comercialização das normas técnicas?

A ABNT é responsável pela criação das normas técnicas brasileiras, assim como pela sua divulgação e comercialização. Quanto à divulgação, é possível saber quais normas estão sendo criadas ou atualizadas através do item "Alerta de Projetos", disponível no site da instituição através do endereço eletrônico: <http://www.abntonline.com.br/consultanacional/>. Nesse *link*, é possível visualizar todos os projetos de norma técnica da ABNT que estão disponíveis para consulta, por um período de tempo, na plataforma *on-line* de consulta nacional. O Diário Oficial da União também funciona como um canal de divulgação sobre projetos de norma disponíveis para consulta nacional.





Multimídia

As normas técnicas da ABNT, tanto em vigor quanto canceladas, estão inseridas no ABNT Catálogo, com acesso direto através do endereço eletrônico: <http://www.abntcatalogo.com.br/>, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 – ABNT Catálogo

Normas Cursos Publicações

Organismos: ABNT ISO IEC DIN BSI AFNOR AENOR AMN JIS
 ASTM ASME API IEEE NFPA

Número: Parte:

Palavra:

Comitê:

ICS/CIN:

Publicação: ou até

Status: Em Vigor Cancelada

BUSCAR

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2014b).

A utilização desse catálogo é a melhor forma de você se informar sobre quais as normas técnicas que existem, assim como quais foram canceladas ou ainda estão em vigor. Há várias formas de pesquisa possíveis nesse catálogo: pelo número da norma, por uma palavra qualquer relacionada ao assunto da norma ou pelo comitê técnico. As normas também são comercializadas através desse catálogo.

As normas da ABNT podem ser adquiridas no seu formato impresso ou digital e qualquer pessoa ou instituição pode fazer a sua aquisição. Vale alertar que no ABNT Catálogo é possível realizar a aquisição de normas oriundas de outros organismos normalizadores, a exemplo da ISO e IEC. Para isso basta visualizar na aba “organismos” do ABNT Catálogo a instituição de interesse e proceder a pesquisa conforme as especificações apresentadas e similares para as normas da ABNT.



1.8.1 Atividade

Por que é importante que você conheça os principais organismos de normalização?

Resposta comentada

Como futuro bibliotecário, você poderá trabalhar em diferentes contextos informacionais. Suponha que você se forme e vá trabalhar em uma unidade de informação de uma empresa produtora de placas de memória para computadores. Você deverá ser capaz de selecionar as normas técnicas que dizem respeito à produção das placas de memória, para disponibilizar à empresa. Conhecendo os principais organismos de normalização e sabendo que há organismos e normas técnicas para todas as áreas do conhecimento e atividades humanas, assim como destinadas a todos os contextos geográficos, políticos e econômicos, você será capaz de “descobrir” e selecionar quais são as normas técnicas de interesse para a instituição na qual você trabalha, assim como para o seu público.

Semestre

3



1.8.2 Atividade

Você já teve a oportunidade de escrever um artigo para publicar em uma revista da sua área de estudo? Se não teve, poderá ter essa oportunidade na iniciação científica, ou após a defesa do seu trabalho de conclusão de curso. Então, seria bom começar desde já o exercício da normalização. Por favor, faça um levantamento de três revistas relacionadas com a sua área de interesse e relacione as características comuns a todas elas e, especialmente, examine as orientações aos autores.

Resposta comentada

Espera-se que você compreenda que o uso de padrões e normas faz parte da atividade humana e como tal estes são largamente empregados nas atividades cotidianas. Assim, quando tratamos de alguns produtos, aqueles que são semelhantes apresentarão características comuns, a exemplo das revistas que possuem título específico, indicação de periodicidade da publicação, descrição do corpo editorial, quantitativo de artigos relacionados à revista e outros pontos em comum, como as próprias orientações aos autores.



1.8.3 Atividade

A partir do que foi exposto nesta aula indique quais os aspectos necessários para a elaboração de uma norma técnica?

Resposta comentada

A elaboração de uma norma técnica exige conhecimento sobre o produto, documento, ambiente ou atividade de que irá tratar essa norma. Pressupõe-se que a norma tenha o poder de ditar regras porque reúne conhecimento técnico, científico e tecnológico sobre a melhor forma de executar uma tarefa, utilizar um produto, redigir e organizar um documento, tendo em vista a economicidade de recursos, as necessidades humanas e a sustentabilidade ambiental.

1.9 CONCLUSÃO

A normalização e, mais especificamente, a que se refere aos documentos, constitui-se um campo de atuação muito importante para o bibliotecário. Compreender como se dá o processo de criação de uma norma e as etapas relacionadas nos dá a dimensão de quanto esse processo é democrático e está associado a aspectos da realidade social, econômica e política da sociedade, uma vez que a criação de uma norma está diretamente ligada à demanda da sociedade em um determinado contexto.

Vale destacar que, quanto mais desenvolvida uma sociedade, mais esta tem os seus processos uniformizados, assim, a criação de organismos nacionais de normalização e a crescente demanda por normas técnicas tornam-se também indicadores de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a normalização documental é uma prática que facilita o desenvolvimento social ao assegurar uma padronização, facilitando a busca e a recuperação de documentos técnicos e científicos.

Os conhecimentos introdutórios construídos nesta unidade buscaram prepará-lo para adentrar no campo dos documentos científicos e sua formatação, visto que para realizarmos uma boa normalização documental precisamos ter muito claro que tipo de documento temos em mãos para trabalhar.

RESUMO

A normalização é a atividade de elaboração, disseminação e aplicação de normas técnicas e esta acompanha a evolução das técnicas e das necessidades humanas. Existem cinco níveis de normalização: a normalização internacional, a regional, a nacional, a normalização em nível de associação e a empresarial. No âmbito internacional, a ISO é um organismo internacional de normalização multidisciplinar; já em nível nacional,

no Brasil, a ABNT é o foro nacional de normalização, responsável pela elaboração, aprovação e divulgação das normas técnicas. A ABNT possui, atualmente, 240 comitês técnicos e o comitê técnico responsável pela normalização documental é o ABNT/CB-014 – Comitê Brasileiro de Informação e Documentação. O processo de elaboração de normas técnicas é dinâmico e democrático e surge a partir de demandas da sociedade. A normalização documental diz respeito à aplicação de normas técnicas na geração de documentos técnico-científicos, e constitui-se em uma das atribuições do bibliotecário, no sentido de aplicar as normas, disseminar sua existência e ensinar aos usuários das unidades de informação o seu uso.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA UNIDADE

A próxima unidade apresentará algumas tipologias de documentos científicos e os elementos que compõem esses documentos, sua formatação e composição gráfica. Os conhecimentos da Unidade 1 auxiliaram na compreensão e contextualização da disciplina normalização de documentos, a partir da história da normalização, sua importância, conceitos e objetivos e, a partir de agora, vamos avançar no conhecimento sobre normalização de documentos e como realizá-la a partir do reconhecimento das tipologias de documentos científicos.

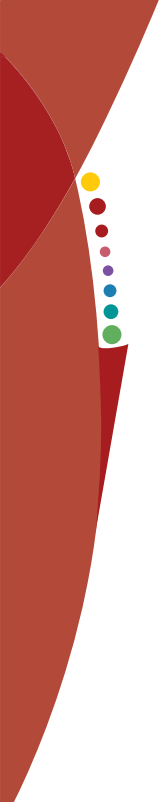
REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira**. São Paulo, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conheça a ABNT**, [2014a]. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normalização**, [2014b]. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>. Acesso em: 19 mar. 2018.





BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários; BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. Secretaria Executiva do CONMETRO. **Normalização**: histórico e informações. Brasília, DF, 1978.

BRASIL. **Decreto nº 562, de 31 de dezembro de 1935**. Institui a Comissão Permanente de Padronização, aprova instruções e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1936. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-562-31-dezembro-1935-511562-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CRESPO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 9, n. 2, p. 36-55, jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1918>. Acesso em: 19 mar. 2018.

DIAS, Maria Matilde Kronka. Normas técnicas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. cap. 11. p. 136-151.

FRANCISCO, Leonardo de Lima. **Por que as ferramentas e os métodos de gestão da qualidade são importantes para a empresa**, [1], 2011. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/por-que-as-ferramentas-e-os-metodos-de-gestao-da-qualidade-sao-importantes-para-a-empresa/59103/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FREITAS, Livia Santos de. **O uso do livro eletrônico e a mediação da informação na biblioteca universitária**: um estudo de caso da biblioteca da área de saúde da UFBA. Orientadora: Henriette Ferreira Gomes. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2015.

GARVEY, William D. **Communication**: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979.

GEIGER, Paulo. **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

PIXABAY. **Bolha**. [S.l.]: Pixabay, 2019. il. color. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/photos/bolha-caucasiano-pensamento-19329/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Márcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Márcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/603>. Acesso em: 1 abr. 2018.

VEADO, Juarez Tavora. A norma técnica. **ABNT Notícias**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, p. 3, 1985.



Sugestão de Leitura

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira**. São Paulo, 2011.

DIAS, Maria Matilde Kronka. Normas técnicas. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. cap. 11, p. 136-151.

BLATTMANN, Úrsula. **Normas técnicas**: estudo sobre a recuperação e uso. Campinas, 1994. 128f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 1994.

